

	<b>Estado de Mato Grosso</b> Assembleia Legislativa	
<b>Despacho</b>	NP: b5exb9vs <b>SECRETARIA DE SERVIÇOS LEGISLATIVOS</b> 09/06/2021 Indicação nº 4008/2021 Protocolo nº 6088/2021	
<b>Autor:</b> Dep. Elizeu Nascimento		

**Indico ao Exmo. Governador do Estado Mauro Mendes, a inclusão das Mães lactantes na fase prioritária do plano de vacinação contra a COVID-19, no Estado do Mato Grosso.**

Com fulcro no Art.160-II, Desta casa de leis, requeiro a mesa diretora, depois de ouvido o soberano plenário, que seja remetida esta Indicação ao Exmo. Governador do Estado Mauro Mendes, **a inclusão das Mães lactantes na fase prioritária do plano de vacinação contra a COVID-19, no Estado do Mato Grosso.**


## JUSTIFICATIVA

Esta proposição em forma de indicação, visa recomendar a vacinação contra a covid-19 para lactantes. A orientação segue o que preconiza a Organização Mundial da Saúde (OMS), que se posiciona claramente ao afirmar que, se a lactante é pertencente a um grupo no qual a vacinação é recomendada, ela deve ser oferecida. O principal documento nacional, que define as ações vacinais do Sistema Único de Saúde (SUS), orienta a vacinação de gestantes e lactantes com precaução, caso a mulher e o seu médico prescritor decidam, de forma compartilhada, pela aplicação.

Outros documentos também foram publicados seguindo a mesma linha de orientação da nota do Ministério da Saúde, entre eles o da Federação Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia (FEBRASGO); um consenso das filiadas Associação de Ginecologia e Obstetrícia do Estado do Rio de Janeiro (SGORJ) e Associação de Obstetrícia e Ginecologia de Santa Catarina (SOGISC); e o *The American College of Obstetricians and Gynecologists* (ACOG). Por outro lado, além da OMS, outras entidades internacionais se posicionaram a favor da vacinação nestes grupos, especialmente em lactantes.

No artigo publicado pela SBP (Sociedade Brasileira de Pediatria) destaca o benefício da vacinação da gestante e/ou da lactante, que é propiciar a proteção destas mulheres contra a covid-19, diminuindo, portanto, o risco teórico de transmitir a infecção aos filhos destas mães vacinadas. Além disso, o leite materno contém anticorpos (IgA secretória contra o SARS-CoV-2) que poderiam potencialmente proteger o bebê amamentado.

A SBP enfatiza, ainda, a recomendação da vacinação de mulheres que, na sua oportunidade de vacinação,

	<b>Estado de Mato Grosso</b> Assembleia Legislativa	
---	--	---

estiverem amamentando, independentemente da idade de seu filho, sem necessidade de interrupção do aleitamento materno, ressaltando todos os benefícios de ambas as ações.

Em atenção ao pedido acima descrito e diante da necessidade e relevância da proposição, bem como a importância para a saúde pública, é que encaminho para aprovação dos nobres pares desta Casa de Leis e consequentemente envio ao Poder Executivo de Mato Grosso para as providências necessárias.

Edifício Dante Martins de Oliveira  
Plenário das Deliberações “Deputado Renê Barbour” em 09 de Junho de 2021

**Elizeu Nascimento**  
Deputado Estadual